

A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)¹

CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Entre 2013 e 2015, o Brasil viveu um conjunto significativo de manifestações que levou milhares de pessoas às ruas de suas principais cidades. Neste artigo, analisaremos a trajetória discursiva dessas manifestações percorrendo três momentos distintos e fundamentais: 1) as manifestações de junho de 2013; 2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014; e 3) as manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em março de 2015. Pretendemos demonstrar que, no decorrer de cerca de dois anos, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora.

Desde a luta pela redemocratização do país, no início da década de 1980, as ruas tinham sido ocupadas majoritariamente por grupos identificados com posições políticas de centro-esquerda e de esquerda. Porém, a partir de 2013

¹ Artigo publicado originalmente na revista *Lua Nova* n.100, em 2017.

e mais acentuadamente em 2014 e 2015, os manifestantes tenderam cada vez mais a se identificar com posições políticas de centro e de direita.

É mister assumirmos as dificuldades inerentes à identificação de posições de esquerda, centro e direita no cenário da atual política brasileira. Mesmo com essa ressalva, não cometemos um erro grosseiro em afirmar que o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e alguns pequenos partidos mais radicalizados, como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tanto se autoidentificam quanto são identificados pelas oposições como de esquerda ou centro-esquerda, enquanto as oposições, mesmo sem se autodefinirem, podem ser identificadas como pertencendo ao espectro político e centro ou centro-direita e mesmo de direita, caso de alguns grupos minoritários. Se, *grosso modo*, essa divisão corresponde às grandes tendências da política contemporânea nacional, não podemos, entretanto, afirmar que todas as políticas levadas a efeito pelo PT no governo tiveram a marca da esquerda, assim como estamos longe de afirmar que todas as pessoas que foram às ruas em 2015 eram de direita.

A hipótese sobre essa trajetória é de que as bases do discurso tendencialmente de direita de 2015 foram dadas nas manifestações de 2013, e que o ponto de inflexão desse processo ocorreu no momento preciso do jogo que marcava a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, inaugurando o estádio Itaquerao, na cidade de São Paulo, no dia 12 de junho.

Para levar a efeito nosso objetivo, nos valem os da teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau, cujas principais teses encontram-se nas obras *Hegemonia e estratégia socialista*,

esta escrita com Chantal Mouffe e publicada em 1985, e *Razão populista*, de 2013.

Sem o propósito de reconstituir a história dos eventos e sim de descrever sua trajetória discursiva para buscarmos entender as alterações ocorridas no discurso político-ideológico do período, este artigo abordará inicialmente os conceitos utilizados na análise, para, em seguida, debruçar-se sobre cada um dos três momentos das manifestações que reuniram de dezenas a centenas de milhares de pessoas em diversos cantos do país. A seleção dos dois primeiros momentos se justifica pela motivação que mobilizou as pessoas a irem às ruas, e a do terceiro momento se deu por sua dimensão simbólica.

O primeiro se inicia com uma manifestação em fevereiro de 2013 contra o aumento da passagem do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre (RS), liderada por um grupo que se organizou à época, chamado Bloco de Lutas. No mês de junho, as manifestações tomaram vulto, principalmente nas grandes cidades. Segundo fontes jornalísticas, mais de 1 milhão de pessoas estiveram nas ruas nesse mês.²

² A natureza das manifestações de 2013 dificulta a precisão dos dados desses eventos. Obtivemos a informação de que houve manifestações em 228 cidades brasileiras (<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protostos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>; acesso em: 20 out. 2015). Quanto ao número, o jornal *Folha de S. Paulo* afirma: “Em junho de 2013 – mês marcado por uma onda de enormes protestos pelo país –, as manifestações de rua passaram de cerca de 2.000 para mais de 1 milhão de pessoas em duas semanas.” (<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protostos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-augue.shtml>>; acesso em: 20 out. 2015). O *blog* do Observatório da Imprensa dá os seguintes números: “O dia 17 de junho de 2013 destaca-se em todo esse processo pela significação dos atos realizados em vários pontos do Brasil. A adesão iniciada no dia 13 ganhou dimensão verdadeiramente nacional e levou às ruas centenas de milhares de pessoas, espalhadas por cidades como São

Em 2014 – o segundo momento em pauta –, as manifestações giraram em torno da Copa do Mundo de Futebol e se estenderam por todo o primeiro semestre. Destacaremos exemplos de mobilização nacional às vésperas da Copa, e também do que ocorreu nos meses de junho-julho durante o evento. Essas manifestações tiveram lugar nas cidades onde havia jogos, mas não juntaram um número expressivo de pessoas como nas manifestações de 2013; além do mais, protestos contra a Copa estavam sendo severamente reprimidos pela polícia.³

O terceiro momento das manifestações aconteceu precisamente no dia 15 de março de 2015, em todo o país, com o tema específico do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. As manifestações do dia 15 foram as maiores em número de pessoas presentes até então. Segundo o Instituto Datafolha, só na cidade de São Paulo havia 210 mil pessoas nas ruas. O cálculo geral em todo o país chegou a 2 milhões.⁴

Paulo (65 mil), Brasília (5 mil), Rio de Janeiro (100 mil), Belo Horizonte (30 mil), Fortaleza (50 mil), Vitória (20 mil), Curitiba (10 mil), entre outras, além de municípios de vários Estados da Federação. Outros protestos foram realizados posteriormente, incluindo uma grande mobilização nacional no dia 20, onde 1,25 milhão de pessoas, de acordo com matéria do Portal G1, participaram de protestos em várias cidades.” (<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013->; acesso em: 20 out. 2015).

³ O site de notícias G1 deu os seguintes números sobre as manifestações convocadas para dia 05 de maio de 2014: “Nesta quinta-feira (05) houve protestos contra a Copa do Mundo em 12 cidades do Brasil. Em Porto Alegre, Salvador, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Palmas, Sorocaba e Bauru, as manifestações reuniram, cada uma, entre 50 e 300 pessoas, segundo as autoridades. Em Brasília, Belo Horizonte e Rio, o número variou entre 600 e 1 milhão e 300 mil pessoas. Em São Paulo, houve vários protestos nesta quinta-feira, o maior deles com cinco mil pessoas, segundo a PM.” (<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contra-copa-do-mundo.html>>; acesso em: 20 out. 2015).

⁴ “Cerca de 2 milhões de pessoas foram às ruas para protestar contra o governo federal e contra a corrupção neste domingo (15) em todos os Estados do país, além do Distrito Federal, segundo cálculos da Polícia Militar de cada

Os exemplos de cada um dos momentos tratados neste artigo foram recolhidos de notícias de jornais, revistas, sites, blogs e páginas do Facebook de grupos participantes. As manifestações que ocorreram no Brasil nos anos 2013, 2014 e 2015, assim como as de 2011 no restante do mundo, tiveram as redes sociais como um elemento novo de organização e convocação. Muito se tem escrito sobre essas manifestações como um fenômeno decorrente da existência das redes sociais (Castells, 2012; Zizek, 2011). Neste artigo, essa questão não será abordada pelo fato de o tema em discussão – a trajetória discursiva das manifestações – não estar diretamente relacionado com as formas de adesão aos eventos. Reconhecemos, porém, que tal como aconteceram, os eventos, são em grande medida decorrência da popularização das redes sociais e dos aplicativos em celulares. Entretanto, não nos parece razoável derivar daí os discursos que produziram: assim como geraram as consignas “não vai ter Copa” e “fora Dilma”, as redes sociais poderiam ter gerado consignas como “tudo pela Copa” e “todos com Dilma”.

Sobre os conceitos utilizados para a análise do discurso das manifestações

A perspectiva teórica desenvolvida por Ernesto Laclau contém uma chave analítica que permite uma intervenção qualificada nas manifestações de rua no Brasil nos anos 2013-2015, do ponto de vista de uma construção discursiva que sofreu significativa alteração ao longo do processo, de modo a podermos dizer que as manifestações começaram

Estado.” (<<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contra-governo-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm>>; acesso em: 20 out. 2015).

coloridas de esquerda e chegaram a 2015 com fortes tons de direita. Os conceitos utilizados na análise são: discurso, articulação, cadeia de equivalência, antagonismo, significativo vazio, significativo flutuante, povo e liderança.

Laclau entende que não faz sentido a distinção entre discursivo e não discursivo, tudo é significado por meio de um processo de articulação, e nada pode ser dito, entendido ou reconhecido fora dele. Ele é muito contundente em afirmar que negar essa distinção não tem nada a ver com o idealismo, ao contrário, é retirar das ideias sua distinção em relação ao material. Daí que o conceito de articulação, que ele chama de prática articulatória, adquire centralidade: o sentido se constitui por meio da articulação entre significantes que não trazem implícito nenhum sentido necessário. Um exemplo clássico seria a noção de democracia, que adquire sentido diverso nos discursos de direita dos militares nos golpes na América Latina na segunda metade do século XX, nas chamadas democracias liberais e nas experiências socialistas do Leste Europeu e mesmo da China. Em cada um desses cenários, a democracia é significada a partir da articulação de diferentes significantes.

A problemática geral da discursividade ganha contornos mais específicos quando se trata de analisar discursos políticos. Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades.

Se não há um sentido primeiro, anterior ao discurso, todo sentido contém uma natureza precária e se encontra

em uma luta constante para se afastar dessa precariedade. No caso do discurso político, uma prática fundamental é a constituição de cadeias de equivalência que constroem sentidos, minimizando as diferenças e as simbolizando por meio do que Laclau chama de significativo vazio.

A existência da equivalência pressupõe a existência de diferenças; duas coisas só se tornam equivalentes se forem diferentes. Por exemplo, corrupção e desemprego só podem ser equivalentes dentro de uma prática articulatória; fora dela, não há por que afirmar que essas duas condições se equivalham, que uma existe devido à outra. Segundo Laclau (2005), há momentos mais institucionalizados em que as diferenças tendem a ser mais marcadas, e momentos de ruptura ou crise em que as diferenças tendem a ser minimizadas, tornando-se mais facilmente equivalentes. Em várias fases de sua obra (Laclau; Mouffe, 1985; Laclau, 1996, 2005, 2014), o autor aponta que demandas de classes populares ou de trabalhadores podem ser articuladas em um discurso de diferenças no qual se esgotam em si mesmas, por exemplo, uma luta por aumento salarial atendida. De forma distinta, podem ser articuladas em uma cadeia de equivalência em que a luta por aumento salarial se articula à luta contra uma política fiscal, contra a corrupção, contra o desemprego etc. Essa cadeia de equivalência se estabelece em relação a um *outsider*, o outro antagonônico:⁵ um movimento político popu-

⁵ O conceito de antagonismo é central no trabalho de Laclau. Contrapondo-se ao conceito de dialética, ele explica: "Antagonism is a relation between inimical forcers, so that negativity becomes an internal component of such a relationship. Each force negates the identity of the other" [Antagonismo é a relação entre forças nocivas, de modo que a negatividade se torna um componente interno de tal relação. Cada força nega a identidade da outra] (Laclau, 2014, p. 43).

lar, ao enfrentar um poder dominante, articula demandas diferenciadas como equivalentes e antagônicas a esse poder (aquele que não permite que eu seja eu completamente).

Da lógica da equivalência derivam-se dois conceitos importantes para a análise do discurso: *significante vazio* e *significante flutuante*. A disputa entre forças políticas pela hegemonia é um momento privilegiado de construção de cadeias de equivalência. Por exemplo, em 1983, no Brasil, quando houve um grande movimento popular pela volta das eleições diretas para presidente da República, a campanha denominada “Diretas Já” articulou um conjunto de sentidos: “diretas já” também significava fim da corrupção, fim da inflação, fim do desemprego, respeito pelos direitos humanos. Para Laclau, a campanha “Diretas Já” se constituiu em um *significante vazio*.

Como sabemos, a identidade popular precisa ser condensada em torno de alguns ‘*significantes vazios*’ (palavras, imagens) que se referem à cadeia de equivalência como uma totalidade. Quanto mais extensa a cadeia, menos esses *significantes* serão ligados às suas demandas particularistas originais. Isso quer dizer que a função de representar a relativa ‘universalidade’ da cadeia prevalecerá sobre a função de expressar a reivindicação particular que constitui o sustentáculo material dessa função. Em outras palavras, a identidade popular torna-se cada vez mais plena de um ponto de vista extensivo, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém intensivamente mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um *significante* que tende a ser vazio. (Laclau, 2005, p. 153-154)

O *significante vazio*, portanto, não o é porque não tenha significado, mas exatamente porque contém todos os

significados. Dessa forma, não se distancia de outro conceito importante no aporte teórico de Laclau: o de *significante flutuante*. Tomemos, por exemplo, o combate à corrupção, que, por sua popularidade em um cenário político específico, se descola da cadeia de equivalência e se torna um *significante flutuante*, à disposição de discursos que o disputam. A princípio, não há uma filiação ideológica nesse combate. Um *significante flutuante* pode ser articulado com uma posição de esquerda, tornando-se equivalente a governo popular, antiburguês, Estado forte, partidos das classes populares. No entanto, em um momento de publicidade de casos de corrupção de um governo identificado como popular, criam-se condições para que o combate à corrupção seja articulado a posições de centro-direita, tornando-se equivalente a, por exemplo, Estado mínimo, mercado e liberalismo econômico.

Laclau (2005) exemplifica o aparecimento do *significante flutuante* indicando como uma demanda popular pode deixar uma cadeia de equivalência progressista para se articular a um discurso conservador:

[...] neste caso, as mesmas demandas democráticas sofrem a pressão estrutural dos projetos hegemônicos rivais. [...] A questão é que seu significado é indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências. Denominarei ‘*significantes flutuantes*’ esses *significantes* cujo sentido está, assim, ‘suspenso’. (Laclau, 2005, p. 197-198)

Os conceitos de *significante vazio* e *significante flutuante* são particularmente importantes para a análise proposta neste artigo, uma vez que, nas manifestações de 2013, há intensa circulação de discursos que se fragmentam em *significantes flutuantes* ao longo do processo e que se rearticularão em dois projetos opostos nas eleições presidenciais de 2014.

Ainda para a análise da trajetória discursiva das manifestações de 2013-2015 são importantes as categorias de povo e liderança. O conceito de povo não tem nenhuma relação com o conceito de população, massa ou multidão; pode-se dizer que é um significante vazio, a unificação de uma pluralidade de identidades em certo momento de luta. Não existe um povo anterior às demandas da cadeia de equivalência; o povo é uma construção que se renova na luta pela hegemonia. Ao discutir a questão democrática, Laclau (2005, p. 215) afirma:

Os significantes vazios só podem desempenhar seu papel se significam uma cadeia de equivalência e só o fazem constituindo um povo. Em outras palavras: a democracia só pode fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação vertical entre demandas equivalentes. Um conjunto de demandas equivalentes articuladas por um significante vazio é o que constitui um povo.

Finalmente, a noção de líder, que se confunde com o próprio povo, representa a unidade simbólica da cadeia de equivalência em um momento transcendente singular: “a identificação da unidade do grupo como o nome do líder” (Laclau, 2005, p. 230).

Primeiro momento das manifestações: as jornadas de junho de 2013

As manifestações em 2013 começaram no mês de fevereiro na cidade de Porto Alegre, foram lideradas pelo grupo Bloco de Lutas, e tinham como pauta serem contrárias ao aumento das passagens do transporte urbano.⁶ Entretanto,

⁶ O Bloco de Lutas pelo Transporte Urbano foi constituído em 2013, reunia um conjunto diferenciado de movimentos e grupos que atuavam na cidade [de Porto Alegre], nele havia uma forte tendência anarquista e partidos de

as que se alastram pelo país com a mesma demanda não estavam diretamente ligadas aos acontecimentos de Porto Alegre, elas foram chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁷ surgido em São Paulo. As manifestações tomaram um rumo diferente do que previa as convocações do MPL e se tornaram eventos contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo, os serviços públicos. Os participantes eram jovens, alguns pertenciam a grupos organizados, mas a maioria chegou às ruas pelas redes sociais, como

esquerda que se colocavam em oposição ao governo do PT. Josep Segarra (2015, p. 27) trabalhando com a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre ocorrida em julho de 2013 pelo Bloco de Lutas assim define o grupo: “Bloco de Lutas estava formado, no momento da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013), por diversas organizações políticas esquerdistas e pessoas autônomas. Entre os coletivos anarquistas e libertários, se encontravam a FAG (Federação Anarquista Gaúcha), o Assentamento Urbano Utopia e Luta e o Moinho Negro. Havia também militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e de partidos à esquerda do PT: PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, com diversas das suas correntes: Vamos à Luta, Alicerce, Juntos, CST), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e PCB (Partido Comunista Brasileiro)”.

⁷ Em sua página oficial na internet, o MPL assim se define: “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas, antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). Em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional” <mpl.org.br>; acesso em: 29 set. 2015).

indivíduos em grupos de amigos e sem militância política anterior em partidos ou movimentos sociais.

Pela proximidade temporal, se tendeu a associar essas manifestações com o que havia acontecido na Europa em 2011, principalmente na Espanha. Há pontos de convergência na juventude dos participantes e na forma quase espontânea como a maioria das manifestações tomou corpo. Palavras de ordem dos cartazes das manifestações de 2013, como “eles não me representam”, referindo-se aos políticos tradicionais, já haviam aparecido na Plaza del Sol em Madri em 2011. Mas as semelhanças se esgotam aí. Nos anos das respectivas manifestações, Espanha e Brasil viviam situações opostas em termos econômicos. Enquanto grande parte dos jovens espanhóis estava desempregada, o Brasil vivia um momento de quase pleno emprego. A crise econômica que assolava a Espanha não havia chegado ao Brasil. Essa era a principal razão de os jovens terem saído às ruas naquele país.⁸

Se há uma característica capaz de definir as manifestações de rua de 2013 no Brasil é a diversidade de pessoas que delas participavam e que se revela em uma flagrante fragmentação discursiva. Estavam nas ruas: o Movimento Passe Livre em São Paulo, próximo ao PT; os Black Blocs, com performances violentas de ação direta, autodenominando-se anarquistas; bancários e professores das redes estaduais, reivindicando melhores salários; jovens de classe média posicionando-se contra a corrupção, partidos políticos e o governo Dilma;

médicos revoltados com os programas de saúde do governo para o atendimento à população carente; grupos minoritários clamando pela volta dos militares; jornalistas da TV Globo defendendo o direito do “cidadão de bem” se manifestar.⁹

Para evidenciar a diversidade discursiva das manifestações de 2013, tomaremos a fala de três atores: o Movimento Passe Livre em São Paulo, os Black Blocs, e o restante, a maioria fragmentada.

O Movimento *Passe Livre*

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) teve enorme êxito em chamar para as ruas da cidade de São Paulo um grande contingente de pessoas para se manifestar contra o aumento de 20 centavos de real na passagem de ônibus. O comportamento dos militantes do MPL expressou-se de forma muito linear: convocaram o povo a ir às ruas, foram ouvidos pelo prefeito, que, mesmo se opondo ao movimento, determinou a suspensão do aumento da passagem, atendendo assim à reivindicação do MPL. Seus integrantes se autoidentificavam como apertadários, descrentes das atuais

⁹ A presença da mídia como um ator ativo nas manifestações nesses dois anos ainda necessita ser analisada. Foge do alcance deste artigo fazê-lo, mesmo assim não se pode deixar de pontuar a atuação da Rede Globo de televisão, tanto em sua versão de TV aberta como no seu canal pago de notícias, em campanha declarada a favor das manifestações, principalmente em 2013 e 2015. No primeiro ano, a emissora construiu um discurso que dividia os manifestantes entre vândalos, aqueles que eram violentos e portavam palavras de ordem contra os jornalistas da emissora, e os “cidadãos de bem”, que tinham o direito de se manifestar. Quanto mais as manifestações adquiriam uma postura antigoverno federal, mais a Rede Globo cobria os eventos, chegando a mudar sua grade de programação e o horário de sua mais importante atração, a chamada “novela das 9”. Também em 2015, a posição da rede foi francamente a favor dos protestos, fazendo cobertura completa das manifestações pró-*impeachment* da presidenta da República.

⁸ Em 2013, o Brasil tinha uma taxa de desemprego de 5,4% e o desemprego entre os jovens era de 13,7% (fonte: <www.ibge.br>). Já a Espanha tinha uma taxa de desemprego de 26,03%, destes 53,7% eram de jovens (<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/espanha_fechou_2013_com_desemprego_nos_26.html>; acesso em: 10 jan. 2016).

instituições políticas e sem interesses pela vida política partidária, como afirmavam:

Acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana *que existe política além do voto*. No entanto, é preciso deixar claro que ser 'apartidário' não significa ser 'antipartidário'. Militantes de partidos políticos são totalmente bem-vindos para colaborar na luta por passe livre. (*blog MPL, grifo no original*)¹⁰

Mesmo se identificando como apartidário, o movimento foi sempre associado a partidos e posições à esquerda, o que possivelmente provocou sua retirada das ruas quando as reivindicações se ampliaram e se tornaram visivelmente contra o governo do PT. As palavras de um militante do MPL atestam isso:

Interessava tanto à direita quanto à esquerda dar um golpe em nossa pauta. Quando se tem um único tema e pessoas nas ruas é mais fácil pressionar e conseguir uma vitória. Interessava para vários setores dizer que a luta não era somente pelos 20 centavos. Colocam um monte de coisas no mesmo saco e não se conquista nada. Para nós o movimento era sim pelos 20 centavos. Interessava para vários setores dizer que a luta não era somente por 20 centavos. (Capelo, 2013)

O MPL era o movimento mais organizado nas ruas em junho de 2013, com o discurso mais popular e orgânico; justificou sua saída com o argumento de estar em meio a um fogo cruzado entre grupos de esquerda e de direita. E realmente estava: de um lado, o prefeito de São Paulo, do PT, partido próximo do MPL, e partidos de esquerda que

faziam oposição ao PT; de outro lado, um discurso antipolítica emergia, investindo contra as bandeiras de partido, e estava claramente à direita no espectro político.

O MPL se colocava nas manifestações com uma diferença: uma demanda que, atendida, não se relacionava mais com nenhuma outra demanda. Apesar de defender a política além do voto, seus integrantes não se articularam, durante as manifestações, com partidos mais à esquerda ou com grupos anarquistas que defendiam a democracia direta. O MPL teve força de mobilização, mas sua posicionalidade de demanda democrática não articulada a nenhuma outra demanda impediu qualquer processo que permitisse o surgimento de uma cadeia de equivalência entre as diversas demandas que circulavam nas manifestações e a luta contra o aumento da passagem do transporte urbano. Ao contrário, o MPL se posicionou com uma demanda particular e se retirou das ruas assim que atendido. Quando o membro do MPL declarou que havia interesse dos dois lados (esquerda e direita) de associá-lo a outras lutas, estava falando da luta política por construção de cadeias de equivalência, que enfraqueceria o sentido de sua questão específica para torná-la equivalente a outras questões que circulavam nas manifestações.

Os *Black Blocs*

Com a retirada do MPL, houve notório vazio discursivo. A esquerda partidária, representada pelo PSOL e PSTU, não se manifestou; a radicalização ficou por conta dos *Black Blocs*, que se apresentavam não como um grupo ou movimento, mas como uma tática de manifestação para atacar os símbolos do capitalismo. Vestidos de preto, com os rostos cobertos para não serem identificados pela polícia, os *Black*

¹⁰ <<http://tarifazero.org/impl/>>; acesso em: 10 ago. 2013.

Blocs apareceram pela primeira vez na Alemanha, em 1980, por ocasião de uma visita de Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos. Carreiro (2014), ao introduzir seu trabalho sobre o ativismo dos Black Blocs nas redes sociais, em 2013, no Brasil, assim os identifica:

Uma vez que as táticas específicas e os rumos de atuação podem variar de acordo com cada contexto, o fator de adaptação é importante para entender o fenômeno. No entanto, mantém-se a ideia de destruição de símbolos do capitalismo. Em Seattle, por exemplo, durante a realização da Conferência da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1999, os Black Blocs tiveram como alvo principal as lojas Starbucks – maior rede de cafeterias do mundo e com sede na cidade. Já no Brasil, em 2013, as agências bancárias e concessionárias de automóveis foram os mais atingidos. (p. 245).

Em entrevista a uma revista semanal sob codinome Roberto (2013), um membro dos Black Blocs, participante das manifestações de junho de 2013, reafirmou a ideia de violência simbólica presente na atuação internacional:

Nossa sociedade é permeada por símbolos. Participar no Black Blocs é usá-los para quebrar preconceitos, não somente o alvo atacado, mas a ideia de vandalismo. Não há violência, mas performance. Eu não me sinto representado pelos partidos. E não sou a favor da democracia representativa, mas da democracia direta. Não é depredação pelo simples prazer de quebrar coisas, mas atacar símbolos que estão representados lá.

Os Black Blocs foram duramente reprimidos pela polícia e classificados como vândalos pela mídia, que repetidamente traçava uma divisória entre os violentos (os vândalos) e os cidadãos democráticos, estes, sim, se manifestavam legitimamente na visão da mídia. Em que

pese a clara diferença dos Black Blocs se comparados com os integrantes do MPL, no cenário das manifestações, a atuação dos dois grupos teve uma semelhança, que se revela de importância para entender a trajetória discursiva que as manifestações tomaram. Se o MPL deliberadamente recusou qualquer possibilidade de se tornar um elo em uma cadeia de equivalência, que o poderia levar inclusive à posição de um significante vazio, os Black Blocs também tinham um discurso que se impunha pela diferença, pela impossibilidade de construir equivalência com os demais atores nas ruas. Seu discurso era a luta contra o capitalismo e seus símbolos, suas ações eram de enfrentamento físico com as forças policiais. Não havia demanda como no caso do MPL, mas uma performance, que os isolava de qualquer outro grupo ou manifestantes individuais.

Não se pode afirmar que não havia outros grupos organizados nas manifestações de 2013; existiu até uma imprensa alternativa, a *Ninja*, que teve protagonismo durante o período, mas foram grupos também fechados, com menor exposição que o MPL e os Black Blocs. O quadro que se apresentava era o de discursos autocontidos, que não se comunicavam com os outros significantes que circulavam nas manifestações. O que restava, portanto, era uma maioria fragmentada de manifestantes, e esse é o fenômeno novo.

A maioria fragmentada

A maioria das centenas de milhares de pessoas que foram às ruas em junho de 2013 não pertencia a nenhum grupo organizado, eram indivíduos indignados com a corrupção, com os políticos, e identificavam no governo a culpa pelo que chamavam de caos na saúde, na educação e na segurança.

Uma pesquisa realizada durante as manifestações do dia 20 de junho em seis Estados e no Distrito Federal, pelo maior instituto de pesquisa brasileiro,¹¹ oferece dados importantes sobre quem estava nas ruas: os manifestantes se dividiam igualmente entre homens e mulheres; 63% deles tinham entre 14 e 29 anos; 92% tinham o Ensino Médio completo, estavam na universidade ou tinham o Ensino Superior completo, estes últimos perfaziam 43% dos entrevistados.¹² Quanto à relação com a política, 96% não eram filiados a partidos e 86% não eram filiados a sindicatos, entidades de classe ou entidades estudantis. Mesmo levando em consideração certo nível de incerteza desse tipo de pesquisa realizado em manifestações, os números são muito indicativos de quem estava nas ruas: eram, em sua maioria, jovens, altamente escolarizados e sem experiência político-partidária ou associativa.¹³

Essa maioria portava cartazes feitos à mão, que criticavam a política e os políticos, pediam mais recursos para a saúde e a educação, mas vinham de setores menos populares do que aqueles aos quais pertenciam os costumeiros usuários desses

serviços públicos. Essas demandas não eram marcadas ideologicamente; eram, entretanto, contra a política; exemplos de cartazes trazidos pelos manifestantes são ilustrativos: “o povo unido não precisa de partido”; “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”; “meu partido é meu país”; “saímos do Facebook”; “desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”; “o gigante acordou”; “ato médico”;¹⁴ “cura gay”;¹⁵ “mensalão na cadeia”, “voto aberto”.¹⁶

As jornadas de junho de 2013 não tiveram o principal protagonista das campanhas políticas de rua no Brasil desde a primeira eleição direta para presidente do país pós-ditadura, em 1989: o militante/eleitor do PT. Os 12 anos de governo petista desgastaram o discurso dos militantes pelo próprio fato de ser poder, pelas alianças que foram feitas para governar, pela frustração da ausência de políticas mais à esquerda, não menos importante, pelos escândalos de corrupção que vieram a público a partir de 2005, conhecido como “mensalão”.¹⁷

O discurso que organizava a esquerda já não tinha mais força para articular amplas parcelas da sociedade, como ocorrera nas campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva. As diferenças ressurgiam e rompiam com as equi-

¹⁴ O ato médico referia-se a uma lei, aprovada posteriormente, que definia as prerrogativas dos médicos, que provocou muita discussão entre os profissionais não médicos da área da saúde. Nas manifestações, os cartazes estavam nas mãos de pessoas que defendiam as prerrogativas dos médicos.

¹⁵ Projeto que estava na Câmara de Deputados, nunca aprovado, que suspendia a decisão do Conselho Federal de Psicologia de proibir qualquer tratamento para curar a homossexualidade.

¹⁶ <<http://g1.globo.com/brasil/fotos/2013/>>; acesso em: 10 jan. 2015.

¹⁷ Ficou conhecida como mensalão a investigação sobre suposto pagamento em dinheiro, o que era feito pelo PT aos deputados dos partidos aliados no Congresso Nacional para aprovar seus projetos de governo.

¹¹ A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos; <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes>> acesso em: 20 jan. 2016.

¹² A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD); <www.ibge.br> de 2012 aponta que 12% dos brasileiros têm o ensino superior completo.

¹³ Toda a vez que este artigo se referir à classe média, estará tratando de camadas intermediárias da população brasileira com ocupação no setor de serviços na esfera privada e de funcionalismo público na esfera estatal. Quando citamos a classe média alta, refere-se a uma parcela dessa classe média composta de profissionais liberais, executivos, comerciantes de médio porte, entre outros que detêm ganhos compatíveis com o 1% mais rico da população, sem, entretanto, pertencer à burguesia.

valências que o sustentava, e disso resultaram dois efeitos: a desmobilização e a fragmentação dos setores de esquerda do espectro político.

Não foi feita uma pesquisa para identificar em quem esses manifestantes haviam votado nas últimas eleições presidenciais. É bastante provável que a maioria não tenha votado nem em Lula nem em Dilma Rousseff. Mesmo antes de 2014, os candidatos da oposição tiveram um desempenho considerável nas eleições presidenciais que o PT ganhou. Mas não se pode excluir a possibilidade de que nas manifestações houvesse eleitores do PT arrependidos, principalmente devido aos escândalos de corrupção. Por essas características, as manifestações de 2013 produziram a matéria-prima que gestou a construção dos novos discursos revelados nas manifestações de 2014.

Laclau (2005) é muito enfático quando fala em construção de discursos políticos em diferentes demandas que se articulam. Se analisarmos as manifestações de 2013 no que concerne a essa massa fragmentada, podemos identificar um conjunto de demandas, tais como educação, saúde, segurança, fim da corrupção. Mas esses itens são, na verdade, mais consignas do que demandas, pois Laclau, quando fala em demandas, pensa em demandas sociais que constituem sujeitos sociais e políticos com propostas. A questão da saúde nas manifestações muitas vezes era o discurso de jovens médicos contrários às políticas públicas, que caminhavam na direção de maior e melhor atendimento médico para as camadas mais pobres da população. Não se viu nas ruas nenhuma manifestação de estudantes de escolas públicas, ou de pais e professores se colocando na defesa de uma escola pública, por exemplo.

Em 2013, a popularidade da presidenta da República caiu de 65% de ótimo e bom em março, mês de início das manifestações, para 30% em junho. De julho de 2013 a dezembro de 2014, a popularidade não oscilou abruptamente, ficando sempre entre 30% e 40%, o que aconteceu após esta data.¹⁸ Esses são dados importantes a considerar, as manifestações ocorreram não porque havia um governo com baixa popularidade, mas o contrário, a baixa popularidade foi consequência das manifestações, ou, melhor ainda, da incapacidade do governo de reagir a elas por meio de um discurso popular (historicamente o discurso do PT) que desse sentido ao próprio governo.

As manifestações de 2013 resistem a caracterizações precisas. É um momento muito peculiar em que as diferenças são mais fortes do que a equivalências. Mesmo que, em alguns momentos, se pudessem identificar palavras de ordem muito semelhantes em todos os lugares, como as que afirmavam o descrédito nos políticos e nos partidos, elas tinham sentidos muito diversos nas mãos e bocas de diferentes portadores.

Segundo momento das manifestações: a Copa do Mundo de Futebol de 2014

Na introdução deste artigo, mencionamos o jogo inaugural da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, no dia 12 de junho de 2014, como um ponto de inflexão no discurso das manifestações que ocorreram no país entre 2013 e 2015. Para chegarmos a esse evento específico e entendermos a sua importância no processo, devemos antes voltar o olhar para

¹⁸ <<http://datafolha.folha.uol.com.br>>; acesso em: 20 jan. 2016.

o conjunto de manifestações ocorridas nos primeiros meses de 2014, contrárias à Copa.

No popular país do futebol, houve uma grande mobilização contra o evento, liderada por grupos ligados a partidos de esquerda e movimentos sociais urbanos. Ao contrário do que o governo e a imprensa imaginavam, a Copa não empolgou os brasileiros em geral, tendo contribuído para isso os altos preços dos ingressos, que excluiu a maioria da população de assistir aos jogos nos estádios, e a pouca credibilidade da seleção do país. Além do mais, a forma autoritária e “imperial” com que as autoridades da Federação Internacional de Futebol (Fifa) se referiam às obras dos estádios e à preparação do evento causou grande repúdio por parte da população, que passou a chamar a Copa nas redes sociais sarcasticamente pelo seu nome oficial: a “Copa do Mundo da Fifa”.¹⁹

É nesse clima que as manifestações contra a Copa do Mundo chegaram às ruas. Há possíveis linhas de comparação com os eventos acontecidos em 2013, mas há também distinções fundamentais. Não foram manifestações com grande número de pessoas, mas foram organizadas a partir de *blogs* e páginas do Facebook e tiveram participação de partidos à esquerda do PT. Os organizadores formaram pelo menos três grupos bem delimitados: os “não vai ter Copa”, o “Comitê Popular da Copa” e o “Comitê Popular dos atingidos pela Copa”. Os conteúdos tendiam a repetir os de 2013: corrupção, saúde, educação, segurança, descrença nos partidos e nos políticos. No entanto, as semelhanças

¹⁹ Esse repúdio não tem nada a ver com os escândalos de corrupção que depuseram a direção da Fifa em 2015. Os acontecimentos no Brasil são anteriores.

param aí. Diferentemente, em 2014 havia um conteúdo com potencialidade de se tornar um significativo vazão: a Copa do Mundo. Ela significava corrupção, os gastos desnecessários, a incompetência, o desgoverno. A Copa do Mundo tornou-se sinônimo de governo Dilma. Ao contrário de 2013, agora havia um discurso articulado, que construía equivalências. Mas o que havia de mais original é que esse conjunto de articulações se associava a duas posturas ideológicas opostas.

De um lado, estavam os manifestantes anti-PT, que associavam o partido ao comunismo, à Cuba; o Facebook dos “não vai ter Copa” denunciava o programa social do governo, o Bolsa Família, como o maior arrecadador de votos do partido e dava espaço para o conservador deputado e pastor pentecostal Marco Feliciano. Os manifestantes ligados a esse movimento demandavam serviços públicos “padrão Fifa”, atribuindo razão à Federação Internacional de Futebol em suas reclamações sobre a qualidade das obras no país. De outro lado, havia manifestantes que pertenciam a movimentos sociais e partidos de esquerda. Uma liderança do “Comitê Popular dos atingidos pela Copa”, de São Paulo, em entrevista à época, afirmou:

Queremos garantir a liberdade de manifestação, que está muito ameaçada com projetos de lei, reforço na segurança, nas polícias militares e no Exército, que já estão a postos para coibir protestos na Copa. Queremos o direito à manifestação para então poder reivindicar o direito à moradia, ao trabalho ambulante, o fim da exploração sexual de crianças e mulheres.²⁰

O processo de construção discursiva é muito particular nesse momento, demandas aparentemente fragmentadas se

²⁰ <www.comitepopularesp.wordpress.com>, acesso em: 14 dez. 2014.

organizavam em uma cadeia equivalente: moradia, trabalho ambulante, fim da exploração sexual de crianças e mulheres apareciam como um lado da luta contra o governo federal, que reprimia o movimento das ruas. Esse também foi um momento de violência, com quebra de vitrines de agências bancárias e enfrentamento com a polícia. Novamente, a palavra da liderança é explicativa:

Essa violência, que não é contra pessoas, é uma resposta à violência cotidiana do Estado contra a população. A violência é nos deixar em ônibus e metrô lotados, com uma qualidade péssima de serviço, filas na saúde pública, péssimas condições de educação, ter milhões de pessoas despejadas de suas casas para dar lugar a obras da Copa, sem alternativa de moradia [e destaca:] sem contar a violência contra a população de rua, que está sendo expulsa do centro da cidade para não ser vista pelos turistas.²¹

O discurso aqui inverte o sentido da violência articulando-a às condições de vida da população. A violência era o transporte público, a educação, as pessoas deslocadas com as obras da Copa, a cidade “limpa” para os turistas. Houve, portanto, discursos antigoverno, mas que estavam em clara oposição às manifestações dos grupos conservadores. Em termos de número, nenhuma das manifestações de 2014 contra a Copa foi de grande proporção, mas elas tiveram um papel importante na trajetória discursiva que está sendo analisada neste artigo.

Em meio a essas posições ideologicamente opostas havia um vácuo discursivo importante: o governo Dilma, o terceiro do Partido dos Trabalhadores, havia perdido a possibilidade de se significar discursivamente, em outras palavras,

²¹ <www.comitepopularesp.wordpress.com>, acesso em: 14 dez. 2014.

de dar sentido às suas próprias ações. O que se identificou em 2013 recrudescer um ano depois. Isso não ocorreu de um momento para o outro, foi-se gestando ao longo de 12 anos. O PT, partido de grande militância, havia sido capaz de articular as demandas populares democráticas do país por um longo período. Lula tinha sido candidato à presidência da República cinco vezes, tendo ganhado as duas últimas eleições. Mas, desde a primeira campanha, quando chegou ao segundo turno contra Fernando Collor de Mello, em 1992, se construiu como candidato sobre um discurso de mudança que incorporava setores populares e largas faixas das camadas médias da população.

Não pretendemos neste artigo nos aprofundar nas razões do esgarçamento do discurso do PT, mesmo assim é importante, para a análise da trajetória discursiva dos anos em pauta, apontar, ainda que rapidamente, três razões que contribuíram para esse cenário.

A mais óbvia dessas razões foram os três mandatos do PT na presidência da República, que provocou um sentimento de decepção nos militantes, os quais viram frustradas suas expectativas de mudanças mais radicais, impossibilitadas pelos acordos que o governo fora obrigado a fazer com partidos centristas para montar uma sempre potencialmente instável maioria no Congresso Nacional.²² Também como governo, o partido teve de fazer acordos com os setores do

²² O presidencialismo de coalizão – no caso do sistema político partidário brasileiro – torna o partido vitorioso refém de acordos e alianças com os demais partidos para ter condições de governar, o que diminui muito as possibilidades de levar adiante políticas exclusivas do partido e os anseios de sua militância. No caso do PT, isso se tornou ainda mais difícil, pois mesmo os partidos de centro tenderam a lhe fazer oposição ou cobraram altos preços pelo apoio.

mercado financeiro e da indústria, acordos estes pouco palatáveis à militância. O desgaste em ser governo é natural, mas aumentou à medida que o partido foi perdendo o apoio dos militantes.

A segunda razão foi o afastamento dos governos, tanto de Lula quanto de Dilma, das bases dos movimentos sociais. Eles apostaram em políticas públicas sociais que provocaram mudanças significativas na vida das classes populares, mas não incluíram politicamente essas classes. O eleitor do PT passou a ser um cliente do governo, um cliente de suas políticas públicas. Uma vez tendo tornado-se cliente, o eleitor deixou de ter uma relação política com a política e isso foi marcante quando não se via nas manifestações nenhuma posição explícita de apoio ao governo e/ou ao partido. As duas eleições de Dilma Rousseff mostram essa característica, de que Dilma vendia uma proposta que fora comprada por uma clientela.²³

A terceira razão do esgarçamento do discurso petista foram os escândalos de corrupção que vieram a público em 2005, popularmente chamados de “mensalão” e já referidos neste artigo. O governo liderado pelo PT fora acusado de conseguir maioria no Congresso Nacional pagando uma mesada a um conjunto de deputados da base aliada. O escândalo começou com a denúncia de um deputado que recebia propina como líder de seu partido e chegou ao ministro mais importante do governo e à cúpula do próprio partido. O julgamento se estendeu até dezembro de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal condenou à prisão os deputados

²³ Para uma análise detalhada da primeira campanha eleitoral de Dilma Rousseff em 2010, ver Pinto (2012).

envolvidos e dois dos principais líderes e fundadores do Partido dos Trabalhadores.²⁴ Em março de 2014, um novo escândalo de corrupção ocupou o noticiário, propinas de milhões de dólares levaram à prisão ex-diretores da Petróbras, políticos e empreiteiros. Os escândalos bateram de frente com a história do PT, de defesa da ética na política, e afastaram ainda mais seus militantes e eleitores.

Esse é o cenário de um vácuo discursivo, pois o que se fragmentava era a hegemonia do PT construída por longos anos por meio do discurso, que incluía militantes e eleitores fiéis. Não perdeu seus eleitores como consequência imediata, tanto que Dilma Rousseff foi eleita e reeleita em meio a grandes escândalos de corrupção, mas perdeu sua capacidade de dar sentido à vida política, às causas políticas. E como tinha ocupado esse espaço por longo tempo e interpelado parcelas significativas da sociedade brasileira e, praticamente, todo o espectro da esquerda, a crise do discurso petista deve ser computada como uma importante razão da fragmentação discursiva em 2013 e os primeiros ensaios de reorganização discursiva durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Não é o caso de afirmar que esses novos discursos interpelaram a massa de eleitores do PT, não temos elementos para isso. Porém, a crise do discurso petista possibilitou um vazio discursivo e uma miríade de significantes flutuantes à disposição para serem articulados em novas cadeias de equivalência.

Essas são as condições de emergência do evento de abertura da Copa do Mundo de Futebol, na cidade de São Paulo, no

²⁴ Foram condenados nessa oportunidade o ex-deputado José Dirceu, fundador do PT, ex-presidente do partido e chefe da Casa Civil do governo Lula e o deputado José Genuíno, então presidente do PT.

dia 12 de junho de 2014. A grande vaia sofrida pela presidenta da República ao ter seu nome anunciado foi o momento inaugural do discurso conservador, fundamentalmente antipetista, que tomou fôlego a partir de então, dando sentido às manifestações por seu *impeachment* em março de 2015. Esse fluxo de discurso conservador surgiu em um momento que havia um discurso radical de esquerda circulando, que interpelava grupos específicos e minoritários, como vimos anteriormente. Entretanto, não havia o grande articulador do povo, o discurso que simbolizava o líder. O discurso petista, que, por longos anos, havia ocupado esse espaço, estava em crise. Esse foi o caldo de cultura que propiciou a liderança difusa de grupos nas redes sociais, que começaram a articular um novo discurso conservador com apelo popular.

Considerar o jogo do dia 12 de junho o momento inaugural desse discurso conservador não implica dizer que antes já não houvesse um forte sentimento anti-PT e antipresidenta da República, nem tampouco, de outra forma, que o PT, apesar da crise discursiva, tivesse sido abandonado por seus eleitores. A novidade em 2014 é que o campo da centro-esquerda estava desorganizado e o campo da centro-direita tomava a dianteira, sendo capaz de, a partir da exploração de um sentimento anti-Dilma, construir um discurso popular pautado por palavras de baixo calão, painelações nas janelas de prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem.²⁵ É mister

²⁵ Não cabe no escopo deste artigo analisar a forma como a presidenta Dilma Rousseff foi qualificada por seus opositores, mesmo assim é importante pontuar que sua desqualificação esteve sempre a todo momento associada à sua condição de mulher, expressando um forte machismo arraigado na sociedade brasileira.

chamar a atenção que esse discurso com apelo popular não foi levado a efeito pelas classes populares indignadas, mas por setores da alta classe média, pelo menos em 2014. No estádio de futebol, o Itaquerão, as vaias foram puxadas pelos ocupantes dos setores VIPs, cujo ingresso custou, ao câmbio da época, 450 dólares.²⁶ Os painelações, que se seguiram a cada aparição da presidenta ou de programas do PT veiculados em rede nacional de televisão, também aconteciam nos bairros de classe média nas principais cidades do país. Apesar de esse discurso beneficiar a oposição, no caso o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não se pode afirmar que esse era o discurso do partido, que nunca se colocou abertamente na liderança desse novo cenário político.

Após a Copa do Mundo, o Brasil entrou em campanha eleitoral para a presidência da República. O que interessa para os propósitos deste artigo é, especificamente, o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, quando Dilma Rousseff teve como adversário Aécio Neves, do PSDB. O que se viu foi os apoiadores de Dilma em casa e um novo tipo de militante político nas ruas – um militante conservador, de classe média alta, com uma campanha agressiva anti-Dilma e anti-PT. As pesquisas eleitorais davam empate técnico e o que se ouviu nas ruas foi a voz do estádio do Itaquerão.

Ao contrário das manifestações anteriores, as vaias no estádio não foram contra todos os políticos, contra a Fifa, contra a corrupção, mas dirigidas, especificamente, à presidenta da República, que pleiteava a reeleição. Houve um importante deslocamento no discurso das manifestações, a

²⁶ Os xingamentos contra a presidenta foram contundentes, mas localizados, ecoaram da área VIP (uma das mais caras) e de outras partes do estádio naquele dia. (<<http://www1.folha.uol.com.br>>; acesso em: 4 jan. 2016).

fragmentação discursiva encontra o significativo vazio, Dilma Rousseff, capaz de articular em uma cadeia de equivalência todos os conteúdos que significavam dispersamente os problemas do país.

Em 2014, a campanha para as eleições presidenciais e a reeleição de Dilma Rousseff no segundo turno por uma diferença de 3,28% dos votos (TSE, 2015) não apontavam rearticulação do discurso de centro-esquerda, mas o contrário, o fortalecimento do discurso de centro-direita, que, durante as eleições e, principalmente, durante a campanha para o segundo turno, tomou as ruas dos bairros de classe média e média alta de todo o país. A surpresa desse cenário é que Dilma Rousseff ganhou as eleições sem a tradicional militância e apoiadores do PT nas ruas, que sempre haviam aparecido como o grande sujeito político das vitórias petistas. De forma diversa, o discurso das ruas estava sendo construído pelos apoiadores de seu adversário, Aécio Neves, do PSDB. O eleitor de Dilma em 2014 havia sido eleitor anteriormente de Lula e de Dilma em 2010, entretanto, já não era o militante, mas o cliente, que, naquele momento, defendia a continuidade de políticas sociais estruturantes, que haviam melhorado a vida de significativa parcela da população brasileira.²⁷

²⁷ Sobre as políticas sociais dos governos Lula e do primeiro mandato de Dilma Rousseff, ver Kerstenetzky (2009). Scalón mostra as alterações ocorridas no período: “Entre 2002 e 2009, a participação da ‘Classe C’ – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 45,4% para 54,2%. A ‘Classe A & B’ correspondia a 13% do recorte, em 2002, passando para 17%, em 2009. A ‘Classe D’, que, em 2002, respondia por 15,5% do recorte, em 2009 cai para 12,2%. Por fim, a ‘Classe E’ apresentou uma substantiva diminuição, indo de 26,1%, em 2002, para 16,5%, em 2009. Desse modo, percebemos uma melhora na distribuição de renda, com os grupos de menor renda diminuindo sua participação e os grupos

Não cabe no escopo deste artigo analisar as eleições presidenciais de 2014. As manifestações da classe média alta nas principais cidades do país na semana imediatamente anterior ao dia da eleição do segundo turno estão a merecer um estudo acurado; para os nossos propósitos, é necessário apenas pontuar que naquele momento se fortificava o discurso inaugurado no estádio de futebol por ocasião da abertura da Copa. Tendo sido Dilma Rousseff vencedora das eleições, de pronto se iniciou a campanha por seu *impeachment*, que tomou as ruas em março de 2015.

Terceiro momento das manifestações: as jornadas de março de 2015

O segundo turno das eleições presidenciais deixou o país profundamente dividido e com as forças de oposição que haviam votado em Aécio Neves inconformadas com a derrota por uma pequena margem de votos. Após as eleições, o discurso anti-Dilma tomou imediatamente o *impeachment* como seu conteúdo central.

Dilma Rousseff venceu as eleições, mas não venceu o discurso. Quem falava em nome do Brasil, quem dizia o que era o país, o que iria acontecer, era a oposição partidária e alguns grupos organizados nas redes sociais. A popularidade da presidenta caiu nos três meses posteriores à eleição de forma vertiginosa: em dezembro, Dilma tinha 42% de ótimo e bom na avaliação de seu governo e 24% de péssimos; em março, caiu para 13% de ótimo e bom e 60% de péssimo. Essa variação não decorreu de alguma medida drástica que a

de renda média e alta intensificando sua presença. Devemos destacar a notável queda da participação da ‘Classe E’ e também o correlato aumento da ‘Classe C’ (Scalón; Salata, 2012, p. 136).

presidenta tivesse tomado nos primeiros meses de governo, mas sim da incapacidade do governo de dar sentido à sua própria existência. Se forem comparados os dados dessa pesquisa com os dados eleitorais, há proximidade na percentagem de votos para Rousseff no segundo turno, 48,36%, e os 42% de ótimos em dezembro. Dos dados, é possível inferir que, em três meses, significativo número de seus eleitores mudou de opinião sobre a presidenta.²⁸

Uma explicação plausível para esse fenômeno deve ser buscada na desagregação discursiva já em curso desde 2013. O que não impediu, porém, que o tradicional eleitor do PT e os clientes do governo votassem em Dilma Rousseff, por ideologia ou por cálculo de custo-benefício. Mas a vitória eleitoral não proporcionou a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido à política do país. O recrudescimento do discurso opositorista, fortemente determinado pelas acusações de corrupção contra políticos do governo, resultou na popularização de postagens nas redes sociais de textos conservadores, antipetistas e de acusações e improperios à presidenta e pessoa Dilma Rousseff bastante agressivos. O governo chegou às manifestações de março de 2015 com o país totalmente significado pelas oposições. O apoio popular a Dilma estava restrito ao núcleo dos militantes do PT.

Quando das manifestações de março, já estavam organizados vários grupos nas redes sociais para lutar pelo *impeachment* da presidenta; eles foram responsáveis pelas convocações, contando com o apoio das principais redes nacionais de televisão. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*,

²⁸ <<http://www1.folha.uol.com.br>>; acesso em: 10 jan. 2016.

1 milhão de pessoas esteve nas ruas no dia 15 de março.²⁹ Esses eventos apresentaram três características marcantes: a primeira é o fato de que a maioria das pessoas estavam vestidas com camisetas amarelas da seleção de futebol do Brasil;³⁰ a segunda foi a mudança do local das manifestações, nas diversas cidades em que elas ocorreram. As manifestações populares em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde quando contra a ditadura militar, aconteciam nos centros históricos (centro velho) dessas cidades: Praça da Sé em São Paulo; Cinelândia no Rio de Janeiro e Largo da Prefeitura em Porto Alegre. As manifestações de março de 2015 deslocaram as concentrações para bairros de classe média alta: Avenida Paulista em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Ventos em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais. Esse deslocamento não é um detalhe, espelha o tipo de pessoas esperado nas manifestações. O deslocamento no domingo (dia das manifestações) dos moradores da periferia para os bairros onde as manifestações ocorreriam seria de grande dificuldade. Isso não implica dizer que havia a intenção de não ter setores populares nas manifestações, mas sim que não era para eles que estavam dirigidas as convocações. Em 2013, as manifestações nessas três cidades ocorreram nos centros velhos, o deslocamento geográfico seguiu o deslocamento discursivo.

As manifestações de março de 2015, ao contrário do que aconteceu nos dois anos anteriores, tinham um mote ao re-

²⁹ Ver nota de rodapé n. 2.

³⁰ Desde 1954, a seleção brasileira tem como uniforme a camiseta amarela apelidada de canarinho. A histórica identificação entre a seleção e o povo brasileiro tornou o uniforme sinônimo da expressão de patriotismo.

dor do qual se articulava o discurso: “*impeachment* de Dilma Rousseff”; toda e qualquer outra questão era decorrente dessa questão central. Desapareceram a fragmentação discursiva, os temas sociais, políticos e econômicos. Também desapareceram das ruas todos os grupos alinhados à esquerda do governo, como os anarquistas, os Black Blocs, os partidos políticos e movimentos sociais populares.

O discurso articulou-se em uma forte cadeia de equivalência onde três elos o organizavam, Dilma-PT-corrupção, e se antagonizavam ao Brasil representado pelos manifestantes vestidos de amarelo. Se, em 2013, poderia ser identificado um antipartidarismo, mesmo em grupos identificados com posições à esquerda, como o Movimento Passe Livre, que se declarava antipartidário, em 2015 o cenário foi distinto, houve grande centralidade no discurso anti-PT. O PT foi caracterizado como corrupto e sinônimo de Dilma. Houve um deslocamento discursivo importante: após 12 anos de governo petista em nível nacional, de inúmeras prefeituras e estados governados desde 1990, o partido reapareceu como um perigo comunista. Nas manifestações em todo o Brasil, lia-se nos cartazes: “a nossa bandeira jamais será vermelha”; “chega de doutrinação marxista”; “basta de Paulo Freire”; “O Brasil não será uma Cuba”; “O PT é o câncer do Brasil”.

Nas redes sociais, havia muitos grupos chamando à manifestação de 15 de março; três foram particularmente fortes pelo número de seguidores e por terem vida fora do tempo das manifestações: o movimento Vem pra Rua, o “Movimento Brasil Livre” e os Revoltados On-line. Os cartazes publicados nas páginas de Facebook desses grupos são exemplares das articulações que construíam o discurso

que se gestava. No Vem pra Rua, o centro do cartaz trazia uma foto de Maduro, presidente da Venezuela, e o texto era o seguinte: “Na Venezuela, já era! Assembleia Nacional da Venezuela dá plenos poderes para Maduro legislar por decreto, transformando-o em ditador, mas no Brasil só depende de você, dia 15 de março vem pra rua!”. O “Movimento Brasil Livre” convocava em sua página com as seguintes consignas: “sem bolivarianismo, nem militarismo”. Havia também, nas manifestações, faixas pedindo intervenção militar; elas eram de duas naturezas: faixas de indivíduos ou pequenos grupos, algumas inclusive em inglês: “*we want military intervention now*”, e faixas profissionalmente produzidas por um movimento chamado “SOS Forças Armadas”,³¹ que numericamente era pouco expressivo, mas que atualizava o espaço político das Forças Armadas. Na página do Facebook dos Revoltados On-line, lia-se: “chegou a hora de colocar o lixo pra fora! fora PT – fora Dilma – convidem seus amigos! Juntos somos mais fortes e com Deus na nossa frente somos imbatíveis! Chegou a hora de colocar o lixo pra fora.”³²

Esse foi um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um significante flutuante poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma, e a presidenta torna-se, a partir então, o novo significante vazio da política brasileira.

³¹ Informações sobre esse grupo encontram-se na página do Facebook: SOS Forças Armadas – comunidade (acesso em: 10 jan. 2016).

³² Facebook, Revoltados On-line; acesso em: 10 jan. 2016.

Além das Forças Armadas, outro conteúdo atualizado foi o anticomunismo. A maioria das pessoas que estava nas ruas não havia vivido as campanhas anticomunistas no Brasil que dominavam o discurso dos partidos de direita e das Forças Armadas na década de 1950, e que foram fundamentais para angariar apoio popular para o golpe militar de 1964. Em 2015, o anticomunismo renasceu facilitado com a identificação do governo da Venezuela como comunista e a associação desse país com o Partido dos Trabalhadores e com os governos de Lula e Dilma.

Na trajetória que foi analisada, partiu-se de 2013, quando havia como passado recente dois discursos políticos articulados, o discurso do PT e o discurso do PSDB. Mesmo considerando as importantes vitórias do PSDB no estado de São Paulo e nas eleições nacionais, elegendo duas vezes o presidente da República (1994 e 1998), foi o PT que sempre teve a liderança das ruas, com seus grandes comícios e sua militância nas campanhas eleitorais. Foi o discurso petista que se fragmentou ao longo dos anos de governo. Foi da fragmentação desse discurso que floresceram os significantes flutuantes rearticulados ao longo dos dois anos de manifestações de que este artigo se ocupa.

À guisa de conclusão

É difícil afirmar que as pessoas que estiveram nas manifestações de 2013 ao redor do país voltaram às ruas em 2015 para pedir o *impeachment* da presidenta Dilma. Certamente, não foram os grupos radicalizados de esquerda, os eleitores históricos do PT que estiveram nas ruas para pressionar o governo, que voltaram dois anos depois. Mas havia uma massa de pessoas em 2013 que não pertencia

a nenhum desses grupos, eram cidadãos comuns, jovens que não encontravam mais na militância de partidos razão para a participação política, e que haviam ido para as ruas indignados principalmente com os escândalos de corrupção. Possivelmente, muitas dessas pessoas foram interpeladas pelo discurso com tendências claramente conservadoras, anti-PT, anticomunista e a favor do *impeachment* dos grupos que se criaram nas redes sociais. Mas é muito provável que a maioria dos participantes de 2015 seja de novatos em manifestações de rua.

Pois bem, sejam eles novos ou velhos manifestantes, o importante a reter, a título de conclusão, é que a novidade nas ruas de 2015 em relação a 2013 era um novo discurso articulado dando sentido à política. Na trajetória que o produziu, desapareceram vestígios de luta por direitos, por melhores salários, por melhores serviços públicos, por passe livre nos transportes públicos, ou por performances simbólicas contra o capitalismo. As grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muito dispostos a bater panelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu *impeachment*.

Este artigo não teve qualquer objetivo de prever ações futuras, de descrever um processo terminado com suas consequências. O objetivo foi descrever uma trajetória que, em dois anos, trouxe para o protagonismo das manifestações um sujeito novo para as ruas, considerando o tempo de democracia brasileira pós-1985: o sujeito tendencialmente de direita do espectro político, constituindo-se em um discurso com apelo popular, a partir de enunciadores de classe média.

Referências

- CAPELO, N. Entrevista. *Brasileiros*, jul. 2013.
- CARREIRO, R. Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, 2014, v. 10, n. 1, p. 241-57.
- CASTELLS, M. *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2009, v. 52, n. 1, p. 53-83.
- LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- _____. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas/Buenos Aires: Ariel, 2005.
- _____. *The rhetorical foundation of society*. London: Verso, 2014.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy – towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1985.
- PINTO, C. R. J. As eleições presidenciais de 2010: candidatas mulheres ou mulheres candidatas? In: ALVES, J. E.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP, 2012.
- ROBERTO (Nome fictício) *Entrevista*. *Carta Capital*. 8 ago. 2013.
- SCALON, C.; SALATA, A. 2012. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- SEGARRA, J. J. “Paz entre nós, guerra aos senhores!”: uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/129991>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- TRIBUNAL SUPERIOR FEDERAL. <http://www.tse.jus.br>. Acesso: 10 de dezembro de 2015.
- ZIZEK, S. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Páginas consultadas na internet

www.comitepopularesp.wordpress.com
www.datafolha.com

www.folha.uol.com.br
www.g1.globo.com
www.g1.globo.com/jornal-nacional/noticia
www.ibge.br
www.jornaldenegocios.pt
<http://www.mpl.org.br/>
<http://tarifazero.org/mpl/>
www.noticias.uol.com.br
www.observatoriodaimprensa.com.br
www.tse.gov.br
www.uol.com.br

Páginas do Facebook acessadas

Revoltados On-line – comunidade: <<https://web.facebook.com/revoltadoson-line/>>
-SOS Forças Armadas – comunidade: <<https://web.facebook.com/SOS-For%C3%A7as-Armadas-831565736880647/?fref=ts>>